

A GOURMETIZAÇÃO DA LEITURA: UMA PROPOSTA PARA FOMENTAR O CONSUMO DE CLÁSSICOS LITERÁRIOS NA FORMA DE JOGOS COMPUTADORIZADOS

Gustavo Borges de Sousa

Mestrando em Educação na Universidade de Uberaba - Uniube

Linha de trabalho: Políticas Públicas na Educação

Resumo

O ato de ler não mais é considerado individual, mas social e fator de propulsão econômica de qualquer nação, segundo o professor Richard Bamberger – ex-diretor do Instituto Internacional de Literatura infantil e Pesquisa sobre Leitura, de Viena – em seu Como Inventar o hábito de Leitura.

Assim, o tema em discussão desse trabalho abordará a necessidade de estimular a leitura no Ensino Médio, por meio de jogos de computador, para que o cidadão possa, por ele mesmo, construir sua dignidade e também a de seu país, melhorando dados importantes para a construção de mecanismos que auxiliem no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: jogos, leitura, ensino médio, cidadania, clássicos.

Contexto do Relato

O Parecer supracitado vem ratificar o que pensa o estudioso Demerval Saviani em seu artigo “Para uma Pedagogia Coerente e Eficaz”. Ambos comungam da ideia de flexibilização do ensino, pois isso facilita o estímulo à pesquisa. No entanto, o estudioso tem a dimensão de que o sistema é bastante rígido e que, por isso, mesmo, o profissional deve agir dentro das possibilidades de inovação, sempre pensado no aluno. Ele afirma que a disciplina, no nosso caso a literatura (ainda que apoiada e veiculada por um instrumento tecnológico, o jogo virtual de computador) deve servir o material humano. Assim, nos dizeres do douto escritor, ela é um meio e não um fim. Logo, pensar em uma forma sistemática de veicular os clássicos sem que o aluno tenha o peso de travar uma leitura, segundo ele chata e anacrônica, estranha a seu universo, é não

estar satisfeito com o processo que se estabeleceu até aqui: listas extensas de obras literárias seguidas de busca de resumos informatizados, nos quais o plano estético é sempre suprimido.

Portanto, a questão de estudo gira em torno da paráfrase do proposto pelo próprio Demerval Saviani: que tipo de cidadão queremos nós atingir por meio da Educação, especificamente pela leitura de clássicos da literatura brasileira e estrangeira? E também utilizando a ideologia do professor Bamberger, Como poderá tornar-se realidade a extensão a todos do “direito de ler”?

Para responder a tais questões, uma pesquisa de campo será realizada com 30 alunos de escola particular, neste primeiro momento, e 30 alunos de escola pública em um segundo momento. Os alunos responderão a questões que versam sobre a qualidade, a quantidade e a frequência de clássicos experienciados por eles, bem como o impacto do livro sobre sua formação cidadã.

Detalhamento das Atividades

Para entender a leitura no Brasil, é possível recorrer à experiência colonial como fator de formação do Estado. Para isso, a história nos remete à esquadra portuguesa, já dotada de uma vasta experiência, que remava às Índias. Pedro Álvares Cabral é um funcionário da corte a qual, por sua vez, não possuía interesse, pelo menos nos primeiros anos de colonização, em educação, cultura e literatura. A intenção lusitana era vigiar a costa brasileira contra a invasão francesa e criar expedições para o reconhecimento da nova terra que, provavelmente, devolveria aos cofres do estado português o investimento gasto com tal empresa.

O primeiro produto a seduzir o português, o famigerado Pau-Brasil, foi extraído mediante autorização da coroa e retratado muito bem na nota de dez reais, publicada em 2000 em homenagem aos 500 anos do Brasil.

É importante ressaltar que o trabalho dos índios, ao fundo da imagem, não foi solitário pois vieram também para o país alguns exilados de Portugal, em função de algum crime cometido contra a lusitana pátria; marinheiros desertores, que se negaram a voltar a sua nação e absorveram os costumes da nova terra e também os naufragos.

O desinteresse educacional na colônia foi acentuado a partir do projeto político da divisão das terras em capitanias hereditárias. Os capitães-donatários recebiam um comunicado oficial via carta e tomavam posse administrativa da propriedade territorial, mas os lucros continuavam direcionados ao outro lado do atlântico. É o que se afirma em:

“(...) o rei delimitou as vantagens da colonização reservando para si o dízimo das colheitas, pescados e do monopólio do pau-brasil, das especiarias das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos.”. (FAORO, Raimundo. Os donos do poder. São Paulo. Ed. Globo., 1975. In Mota, Myiam Becho. História das cavernas ao Terceiro Milênio – 2 ed. – São Paulo : Moderna, 2002. p.200)

A partir de 1527, com o declínio do comércio com as Índias, Portugal decide enviar colonos para morar e implantar o modo de vida colonial. Assim, cargos administrativos foram criados com a intenção de se vistoriar organizar a extração do pau-brasil e, por sua vez, garantir a lucratividade da metrópole.

A geografia da colônia, então foi dividida em dois polos de organização: Salvador e Rio de Janeiro. A capital da Bahia, em primeiro plano, relaciona-se a nomes como Gregório de Matos de Padre Vieira, figuras capitais na literatura do Brasil na época dos seiscentos. Já Rio de Janeiro se explica por ser uma cidade cujo porto ficava mais próxima da zona econômica Vila Rica, atual Outro Preto. Culturalmente, esta foi representativa da escrita de qualidade no Brasil colônia e possuidora de autores de Best-Sellers, mais tarde detalhados em capítulos específicos, como Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa. Aquela, exibiu seu fulgor com maior pujança quando da transformação do país em Império, com a vinda da família real para o Brasil. Então, nomes como José de Alencar, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, para ficar somente nos mais afamados, brilharam.

Antes, porém, do vigor literário do século XIX, destaca-se na época do quinhentismo, Padre José de Anchieta, funcionário da companhia de Jesus. O missionário possuía um projeto educacional ligado à moral cristão e seus textos evangelizadores como autos e poesias tiveram eficácia no processo de expansão da fé e no abrandamento dos instintos de colonos rebeldes. Seus ecos, no entanto, foram calados no século XVIII quando o Marquês de Pombal, administrador no governo de Dom José, resolveu aplicar políticas racionais oriundas do iluminismo francês e então expulsou os jesuítas da colônia, proibiu o ensino religioso e substituiu nomes tupis de cidades por nomes religiosos. A ação de Pombal foi a primeira, com expressividade e respaldo político, literalmente antipedagógica, porém sinalizadora da intenção do português durante séculos: usurpar o país mediante a exploração das riquezas e a alienação de um povo.

O modo de produção na colônia era incompatível com a necessidade de educação e leitura. A escravidão é um modelo que força o sujeito a servir, obviamente, contra sua vontade. Neste contexto, a religião é absurdamente relevante, pois incute no indivíduo a ideia de que a resiliência é a humildade necessária para que sua alma/existência valesse a pena aos olhos do Deus católico.

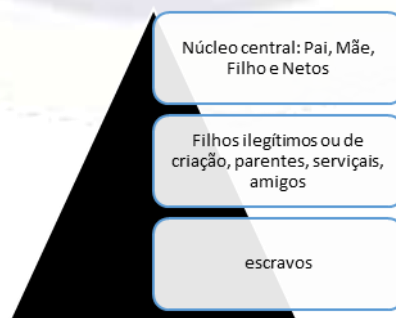
Em uma sociedade predominantemente agrária, o estudo era secundário. Assim assinala MOTA (2002):

“Na criação, predominava o trabalho de negros libertos, mestiços livres, de todo o tipo, e brancos pobres. Vaqueiro e peão recebiam pagamento. Entretanto, o vaqueiro se diferenciava dos demais trabalhadores, pois, após quatro ou cinco dias de serviço, em cada quatro crias, cabia-lhe uma. Assim, para formar seu próprio rebanho e formar sua fazenda.” p.210

A autora é clara na ideia de que uma possível melhora no quadro social do cidadão dispensava qualquer tipo de academia. Havia, portanto, ofícios que, à moda medieval, eram passados de pai para filhos a fim de se manter o mínimo necessário à existência digna de um sujeito que não sabia o que era um estado, mas tinha somente uma pequena ideia de um rei, longínquo, pertencente a um país, igualmente distante.

A expedição ao sertão brasileiro necessitou da catequese como garantia da fidelidade do colono como extrator de riquezas. Note que a Educação estava sempre à reboque do projeto político-econômico lusitano e, é desta época a fundação das ordens religiosas que coordenariam os projetos escolares do Brasil da época: franciscanos, carmelitas e jesuítas, por exemplo. Segundo MOTA (2002), cerca de 50 aldeias missionárias havia no Brasil daquele momento.

A estrutura social da colônia, se organizava com patriarcal. Isso significa um modelo europeu calcado na concepção teocêntrica do poder em Deus no céu e no patriarca, chefe da família, na terra. A sociedade assim se organizava:



O aprendizado dos filhos ficava restrito à classe social a que pertencia. Se o indivíduo fosse filho direto e, como se dizia na época, legítimo do dono da fazenda, tinha sua educação garantida pelo modelo da época. Eles eram enviados à Europa e voltavam bacharéis, médicos ou padres. No entanto, se fossem filhos bastardos ou de uma esfera social menos privilegiada, estariam condenados a continuar o ofício dos pais, sendo, então, vítimas daquilo que o século XIX chamaria Determinismo – corrente filosófica defendida por Hipollite Taine, que pregava que a vida estava condicionada a fatores externos com o meio, a circunstância e a hereditariedade.

Como os filhos da fina flor da burguesia não podiam exercer o que se convencionou chamar de trabalho, aqueles que não possuíam título é que ocupavam os cargos necessários ao desenvolvimento das funções coloniais. Eram então, como o analfabeto Leonardinho – célebre anti-herói de Memórias de um Sargento de Milícias, os desclassificados responsáveis pela guarda civil, pela fiscalização de fronteiras, pelas obras públicas e agricultura. Enquanto os modelos ociosos da elite, tão evidenciado em Dom Casmurro, de Machado de Assis, ficavam circulando pela sociedade marcando a segregação social e pregando superioridade econômica, religiosa, moral e comportamental.

No tocante ao processo de editoração, não havia, segundo EL FAR (1970), prensa na colônia. Para a estudiosa:

“Diferentemente do governo espanhol, que autorizava a abertura de estabelecimentos gráficos em suas colônias na América, a metrópole portuguesa, até a vinda da família real, em 1808, proibiu expressamente qualquer tipo de reprodução impressa em todo o território nacional.” p. 11

Isso significa que Portugal, já desenvolvido linguisticamente desde a expulsão dos sarracenos no século XII e já passado pela influência da prensa de Guttemberg, percebia o desastre que seria para a administração da colônia se a circulação de textos fosse frequente. Isso, faz-nos pensar sobre o poder que o exercício do livre pensamento pode materializar. Francis Bacon, famigerado filósofo da Idade Moderna, já assinalava que “Saber é Poder”. Outras provas do medo do conhecimento são inevitáveis de serem citadas: a idade média proibindo o acesso aos livros do Index Librorum Proibithorum; a substituição de filosofia e sociologia por OSPB – Organização Social e Política Brasileira e EMC – Educação Moral e Cívica, no período do Regime Militar são provas de que a leitura incomoda, intimida, muitos.

Assim, as pessoas que necessitavam ler e tinham condição de adquirir obras, tinham que passar pelo burocrático sistema de catalogação na alfândega. Desta forma, controlava-se quem lia, o que se lia e quem publicava. Além disso, havia, segundo a estudiosa da Unicamp, uma

mesa censória em 1769, que tinha a missão de vistoriar a importação e a publicação de volumes em prensas existentes na metrópole. Segundo a autora havia duas fontes de bibliotecas igualmente situadas em Minas Gerais. A primeira era do advogado José Pereira Ribeiro, residente em Mariana e a segunda, de um cônego: Luís Vieira da Silva, homem que acumulou cerca de 800 volumes em diversas línguas.

No entanto, apesar desta modesta manifestação de leituras, havia distinção por gênero dado ao patriarcalismo vigente. Às mulheres eram proibidas de ler e somente as religiosas tinham acesso a textos derivados da moral cristã como hagiografias, teologia, filosofia escolástica e patrística, panfletos de conduta moral ou outros manuais que ensinavam a disciplina.

Desta forma, percebe-se que a história do Brasil Colônia apenas tangencia o que se entende por Educação e, quando ela ocorre é para atender a um projeto maior da economia portuguesa: a submissão do escravo para que exerça a garantia dos lucros lusitanos. Quando aparece a tecnologia da prensa então é que se percebe um maior arroxos nos princípios de vistoria e fiscalização do que circula de informação na colônia. Trata-se de um cerceamento tanto da tecnologia - do suporte textual; quanto da ideologia – do conteúdo divulgado.

Considerações

Espera-se que esta experiência de pesquisa traga, juntamente com a revisão bibliográfica, traga para a sociedade de estudantes do Ensino Médio da rede pública e particular, a possibilidade de criar uma ferramenta que auxilie o contato menos truncado com o universo dos clássicos da literatura mundial e brasileira: aplicativos, jogos, curtas, documentários. Tudo isso visando a cidadania proporcionada pela fluência na leitura de clássicos do ocidente.

Referências

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 25ª ed., São Paulo: Ática, 1996 (Bom Livro).

ASSIS, Joaquim Maria Machado. **Memórias Póstumas de Brás Cubas** – São Paulo: Editora Ática S.A, 1975

EL Far, Alessandra, 1970 – **O Livro e a Leitura no Brasil** / Alessandra El Far. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

MOTA, Myriam Becho. **História : das Cavernas ao Terceiro Milênio** / Myriam Becho Mota, Patrícia Ramos Braick – 2.ed. – São Paulo : Moderna, 2002.

